

Primeiro nós construímos, no caso das mulheres, em pontos tais do estado de São Paulo onde possamos atender a demanda daquela região. Eu cito aqui que construímos prisão feminina em Tupi Paulista para atender às regiões de Araçatuba e de Presidente Prudente. Nós construímos prisão feminina em Pirajuí para atender a demanda da região de Bauru. Nós construímos prisão feminina em Mogi Guaçu para atender a demanda de Campinas e região. Em Tremembé para atender a demanda do Vale do Paraíba. Estamos construindo em Votorantim para atender a demanda da região de Sorocaba. Em São Vicente para atender a demanda da Baixada Santista. Em Guariba para atender a demanda de Ribeirão Preto. Então, com relação às mulhe­res, está sendo possível respeitar aquilo que sempre pensamos, que é a regionalização das prisões femininas.

O homem, quando vai preso, manda de duas a quatro cartas para a rua, como se diz na gíria prisional, e no final de semana há de duas a três mulheres querendo se inscrever como visitantes desse preso. A mulher, não. A mulher é extremamente abandonada. Quando a mulher vai para o cárcere, a primeira coisa que ela perde é o marido ou companheiro, quando tem. Perde o pai, em alguns casos perde a mãe. Perde todo mundo.

Quem visita a mulher presa? A mãe, aquela que é mãe mesmo, a vizinha e a comadre, ninguém mais. Filho não vai, tio não vai, avô não vai. Ninguém mais. Então, a regionalização, nesse caso, está sendo possível e útil. O nosso partido é PPP, Partido Penitenciário Paulista. O nosso patrão é o cidadão contribuinte. E o nosso dever é prestar contas a todos.

Quanto à prisão masculina, nós dividimos os centros de detenção provisória de penitenciárias. Centro de detenção provisória é onde há pessoas presas, ainda não condenadas, e penitenciárias onde há pessoas presas, condenadas, em regime fechado. O que nós tivemos que fazer diante dessa impossibilidade de se construir prisão na região metropolitana de São Paulo, e diante do entendimento de muitos de que prisão em uma cidade se compara a um leprosário?

Prisão tem que ficar longe de mim, mas tem que ficar perto de alguém. Na minha cidade, Avaré, minha querida Avaré, temos três prisões. Temos uma prisão no centro da cidade, uma no distrito, chamado Barra Grande, e uma em um dos bairros da cidade. O que ela leva de bom para Avaré? Trabalho e renda para os funcionários.

Lavinia tem três penitenciárias. Está indo para a quarta. Por quê? O prefeito pediu. E como temos uma rejeição enorme para construir prisão, temos que aceitar as ofertas. Esse é o dilema de estar secretário e ter que alajar as pessoas presas. Vocês acham que achamos bonito ter uma superlotação nas prisões? Não, de maneira alguma. O que fazemos? Nós não temos a chave da porta da entrada nem da porta de saída.

Quem coloca os presos nas prisões de São Paulo? Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. E quem os libera? Ministério Público e Judiciário. E aqui entra um trabalho importante da Defensoria Pública, com quem converso sempre que posso. Nós temos que fechar a porta de entrada. Fechar a porta de entrada é deixar de punir as pessoas? Não. Fechar a porta de entrada é sairmos da ideia de que nem tudo se resolve com encarceramento.

Nós temos audiência de custódia na região da capital. Quarenta por cento dos homens presos em flagrante tem tido a oportunidade de responder ao processo em liberdade, e esse índice sobe, beira 60% quando se trata de mulher. E nós temos que buscar alargar a porta de saída. Alargar a porta de saída não significa soltar e soltar, significa julgar mais rápido o expediente de benefícios solicitado pelo presidiário ou presidiária, dizer sim ou não, deferir ou indeferir o pleito. Enfim, preservar o direito da pessoa.

Se tiver o direito de ir, que vá. Se tiver que ficar na prisão, que saiba por que está ficando. Esse é o trabalho que faço sempre, junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, e devo dizer que o sistema prisional está sendo muito bem recebido pelas autoridades que hoje dirigem o Judiciário paulista.

Nós temos 72% das mulheres nas prisões por tráfico de drogas. Poxa, o número não é alto? Pela primeira vez, no caso do homem, temos um empate técnico entre o crime de roubo e o crime de tráfico. São 37% por crime de tráfico e 36% por roubo. Há um empate técnico. Pela primeira vez na minha vida, eu vejo crime de tráfico de drogas ultrapassar ou ficar parelho com crime de roubo - e olhem que já milito há muito tempo no sistema prisional.

Entretanto, há coisas boas no sistema prisional. Basta olhar com um olho bom e não olhar com um olho crítico por criticar, para falar que o sistema prisional só tem mazelas, corruptos e violentos. Não tem. Corrupção é uma palavra que nós eliminamos do nosso quadro. Por que eliminamos? Porque somos - ou estamos - secretário? Não, porque isso é de berço, de caráter, de formação.

Vocês não ficaram sabendo, mas, em 20 dias, nós reformamos e pintamos 21 escolas públicas. Estamos acertando para pintar Etecs e Fatecs, órgãos públicos em geral. Nós temos a grande mão de obra e nós temos o homem que mais quer trabalhar, que é o preso. Se eu ficasse preso, iria querer trabalhar 24 horas para não voltar para a cela. Temos tudo isso e basta a sociedade abrir as portas e falar: “Eu aceito o preso trabalhar.”

Há muitas leis por aí que estabelecem cotas. Não vou citar nenhuma delas, mas eu pergunto: há alguma lei que estabelece cota de egresso para trabalhar em empresas públicas ou empresas privadas que trabalham para o público? Não há. Há cotas de presos do semiaberto? Não há.

Então, nós do sistema prisional somos o verdadeiro advogado do preso, buscando legislações que o beneficiem. Eu, como presidente do Conselho Nacional de Secretários, reúno-me com meus colegas e eles veem e sentem a dificuldade que há quando se fala de presos. Parece que se fala de um tema que ninguém quer ouvir - isso, em muitos locais, em muitas comunidades.

Porém, vamos falar do dia de hoje. A Funap é uma instituição que tem como finalidade proporcionar Educação aos presos. Muitos estados no Brasil não têm um órgão exclusivamente voltado para tal fim. São Paulo tem e mantém. A Secretaria da Educação, hoje, ministra aula aos presos, porque a Funap ficou pequena. O sistema prisional cresceu desproporcionalmente.

Ainda falando do mundo e de prisões, quando chego a uma prisão - e vou dar exemplos: Casa Branca, Caraguatatuba e Presidente Prudente -, pergunto ao professor da rede pública: “O que é melhor: dar aula para os presos ou dar aula na comunidade?” Respondem: “Doutor, a melhor coisa é dar aula para os presos.” Isso me entristece - e muito - porque eu estudei em escola pública. Meu grupo escolar é em Cambará, Paraná, e meu ginásio é em Avaré.

Será que nós temos que investir mais nas prisões e nos prisioneiros ou investir mais na sociedade, hoje? Nós temos que investir mais na sociedade, hoje. Sabem por quê? Muitos dos que entram nas prisões, hoje, são filhos das drogas, do álcool ou da prostituição. Muitos chegam doentes. Muitos chegam com a roupa do corpo - que eu não sei se é roupa, trapo ou lixo. Somos nós aqueles a dar a eles o primeiro uniforme, a primeira roupa decente e limpa.

Então, a Funap cuida da Educação juntamente com a Secretaria da Educação. A Funap tem feito isso muito bem. É o aspecto de formação profissional, a cultura e o trabalho. Nós temos quase cinco mil presos que saem para a rua para trabalhar todos os dias e vocês não escutam notícias de que esses presos estão delinquindo. É muito raro. Toda experiência boa tem seus problemas, mas é muito raro.

Vocês não ficam sabendo que nós soltamos 29 mil presos em épocas festivas. Por que não divulgamos antes? Se nós divulgarmos antes, nós vamos levar porrada atrás de porrada, pancada atrás de pancada. Nós divulgamos depois. São “três ponto qualquer coisa” por cento que não voltam e 96 “e tantos” por cento retornam ao cárcere. É porque o cárcere é bom que ele retorna? Não. É porque ele quer mudar o curso de vida.

Então, deputado Cauê Macris, eu quero agradecer ao senhor por essa visão e elogiar quem tem que ser elogiado, premiar quem tem que ser premiado, criticar quem tem que ser criticado. É nobre o seu gesto de reconhecer que o sistema prisional de São Paulo tem coisas boas e uma das coisas boas é, de fato, desempenhada pela Funap.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Quero, neste momento, agradecer ao secretário pelas palavras. Peça licença a todos os integrantes da Mesa e a todos vocês para que eu possa me pronunciar aqui, desta cadeira mesmo.

Minha equipe acaba brigando comigo porque sempre deixa um discurso pronto para que eu possa fazer, principalmente em momentos como este, sessões solenes e ações de homenagem. Sempre os surpreendo porque digo que o melhor discurso é aquele que vem do coração, não é aquele que você lê.

Fui procurado pelo Fernando, alguns anos atrás, para me contar um pouco do trabalho da Funap. Acho que um dos papéis do parlamentar é ouvir e querer conhecer mais. Quando se chega à Assembleia Legislativa, você começa a olhar o que significa o estado de São Paulo. Nosso estado, depois do governo federal, é maior do que muitos países, que a maioria dos países do mundo. A estruturação dos serviços, a quantidade de ações prestadas é imensa.

Cheguei à Assembleia Legislativa muito jovem, com 27 anos de idade, depois de ter tido algumas experiências na vida pública. Fui vereador por dois mandatos, fui presidente de câmara municipal e tive a grata satisfação de ser escolhido pelo povo paulista como um dos seus representantes. A primeira ação que tomei foi conhecer um pouco mais a fundo as ações dentro do estado de São Paulo. Comecei a estudar o estado e tive a grata satisfação, no segundo ano que estava nesta Casa, de ter sido escolhido relator do orçamento do estado. Relatei um orçamento de mais de 188 bilhões de reais.

Naquele momento, comecei a enxergar um pouco mais onde o estado fazia os seus investimentos, e de que maneira o fazia. Alguns nortes foram clareando para mim. O primeiro deles é que governar é escolher prioridades. É que nem a nossa casa: quando você recebe o salário, depois de um mês completo trabalhado, tem que escolher onde vai gastá-lo. Primeiro, você pega as funções básicas - aluguel ou parcela do apartamento, conta de luz, conta de água. E vai colocando no rol as decisões que tem que tomar.

Aí, vem pergunta: se você quiser comprar uma moto, um carro, sendo que tem um salário que já é totalmente comprometido, poderá fazê-lo? Muitos de nós responderiam “não, você não pode”. Discordo dessa resposta. Você pode, só que se comprar uma moto, um carro, não vai conseguir arcar com as despesas básicas.

A administração pública funciona da mesma maneira. Você tem que escolher as prioridades, cujo norte é dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Com esse critério, o governante tem que escolher onde vai ser investido cada real que é arrecadado por meio dos impostos, do dinheiro do povo, do dinheiro da população.

Recentemente, estive em um município, no qual anunciamos um recurso para recapeamento. Questionaram-me o seguinte: “Por que recapeamento, e não Saúde?” Porque a Saúde tem a necessidade do investimento, mas você também tem que fazer recapeamento, você também tem que prestar outros serviços públicos que são essenciais para a sociedade.

Entrando um pouco mais a fundo nos assuntos pertinentes ao estado, ao se discutir a administração penitenciária, você começa a enxergar a necessidade de uma discussão profunda desse tema por conta de conflitos que existem na sociedade. As pessoas que acabam sendo participantes desses conflitos - e têm culpa nesse sentido - precisam pagar uma pena. O que o estado faz? O estado tem responsabilidade frente a isso, seja constitucional ou moral. O estado tem que fazer alguma coisa.

Quando Fernando me apresentou essas ações do estado, a primeira coisa que me veio à cabeça, secretário Lourival, foi a questão dos usuários de drogas. Quem aqui não tem uma pessoa - amigo, familiar, próximo - que tenha problemas com droga, álcool? Todos temos, todos conhecemos alguém ligado a esse problema.

Quem mais sofre com o problema das drogas não é a pessoa que a utiliza: é a sua família. São mais de 230 mil presos no estado de São Paulo. Quantos familiares teremos? Multiplique, pelo menos, por quatro. Estamos falando de mais de um milhão de pessoas que têm familiares presos. Multiplique por dez; cada pessoa tem, pelo menos, dez amigos, pessoas com quem convive. Estamos falando de, pelo menos, dez milhões de pessoas no estado de São Paulo que têm alguém que conheça, próximo, que esteja no sistema prisional.

O que é feito por essas pessoas? Temos a responsabilidade. Os agentes políticos passam por um momento de descrédito e falta de credibilidade por conta, sim, de muitos deles que assumem seus mandatos e utilizam esses mandatos em benefício pessoal. Mas tem muita gente de bem, preocupada em fazer alguma coisa para melhorar a vida das pessoas.

E esse é um tema que eu abracei sim, Fernando. Abracei com responsabilidade, sabendo que nós não estávamos fazendo uma discussão eleitoral e sim uma discussão de responsabilidade da nossa atuação. E a maior preocupação que eu tive, Sr. Secretário Lourival Gomes, quando sentei com a Lúcia Casali de Oliveira, e com a diretoria toda da Funap, foi a preocupação

que eles me colocaram de que a Funap tinha condições de caminhar com pernas próprias. Só que o que faltava muitas vezes para a Funap era oportunidade de ter o seu recurso, num primeiro momento, para investir indiretamente na compra de materiais, como se fosse - entre aqueles que conhecem empresas - o capital de giro para poder fazer com que a Funap se autossustentasse.

Eles têm condição porque tem mão de obra, porque tem a linha de produção bem estabelecida, mas muitas vezes não têm dinheiro para investir nos seus móveis, comprar madeira, comprar os itens necessários, num primeiro momento, para poder se autossustentar. Inclusive desse recurso do lucro - até porque não tem obrigação de ter lucro - que vai ser obtido pelo material que é produzido, ele vai ser investido aonde? Vai ser investido em formação para que esses presos possam ser reintegrados à sociedade.

Essa discussão é interessante de se fazer. Num primeiro momento, inclusive Fernando, Lúcia, nós conseguimos incluir no orçamento - até quando fui relator - um recurso de cinco milhões a mais para a Funap, que foi incorporado ao orçamento da Funap, inclusive nos anos seguintes, para poder dar um pouco dessa margem para que eles pudessem fazer e se autossustentar.

Mas acho que essa visão que o secretário tem é digna de elogios. E quero aqui fazer um registro dos elogios que recebi por parte da diretoria da Funap, da sua atuação e do carinho que você tem pela própria instituição. Mas é fundamental esse tipo de ciclo. E isso não porque nós estamos preocupados com qualquer outra ação que não seja a vivência do sofrimento que as famílias têm diante dessas pessoas que acabaram transgredindo a lei.

Qualquer um de nós está sujeito a esse tipo de ação, e qualquer um de nós pode ter algum familiar que esteja sujeito a esse tipo de ação.

Portanto, nós temos que ter um sistema prisional como o que temos hoje, que tem sido administrado pelo senhor de forma magistral. Há um bom tempo que nós não vemos grandes problemas nos noticiários, como rebeliões e diversas outras ações dos detentos. Reconhecemos a qualidade da sua atuação como secretário de Administração Penitenciária. Reconhecemos também, a atuação do governador Geraldo Alckmin, que tem sido uma pessoa sensível às causas que o senhor coloca para ele, dentro da questão do sistema prisional, sabendo, inclusive, dessa premissa básica da administração pública, que governar é escolher prioridades, e o sistema prisional é uma prioridade importantíssima dentro desse sentido. Mas precisa de recursos para poder dar continuidade ao que se vem fazendo.

É com essa fala que eu quero deixar uma mensagem de otimismo a todos vocês funcionários que participam do dia a dia, de que vocês têm alguém que esteja olhando e discutindo a questão Funap no Legislativo, também, assim como estão fazendo os deputados, o deputado Carlos Neder, Leci Brandão e outros mais. Quero dizer que vocês têm o respaldo por parte da Secretaria de Administração Penitenciária, pela própria fala do secretário que deixou isso muito claro, que vocês têm respaldo por parte do governador do estado de São Paulo. Não foram poucas as vezes que eu conversei com ele, até porque sou o líder do governo na Assembleia Legislativa. Por isso tenho essa responsabilidade de levar ao governador, constantemente, as discussões e os debates que são estabelecidos por parte do Parlamento.

Portanto, tem essa fonte de interlocução também com nosso mandato parlamentar e tenho certeza de que também o mesmo acontece em relação à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. E vocês têm diretores que gostam do que fazem. Acho que isso é o mais importante.

Eu vejo esse espírito na Lúcia Casali de Oliveira, no Fernando, na Ana Maria Tassinari, e todos os demais diretores, pois também vejo o carinho com que falam nas suas atuações.

Quero deixar o meu cumprimento e o meu reconhecimento em nome da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para a Funap, para todos vocês funcionários da Funap, e que esse dia sirva para que possamos, inclusive, iniciar internamente quais ações e quais rumos nós queremos de cada uma das ações dentro do nosso estado de São Paulo.

Quero agradecer enormemente a presença de cada um de vocês, em especial o secretário estadual da Administração Penitenciária Lourival Gomes, que se dispôs prontamente a estar presente - acho que engrandece esse evento - e do reconhecimento à Funap.

Esgotado o objeto da presente sessão, a Presidência agradece às autoridades presentes, à minha equipe, aos funcionários dos serviços de Audiofonia, Taquigrafia, Ata, Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da Imprensa da Casa, da TV Legislativa, das assessorias das Polícias Militar e Civil, bem como a todos que, com suas presenças, colaboraram para o êxito desta solenidade. Muito obrigado e um bom dia a todos!

Está encerrada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 12 horas e 07 minutos.

20 DE ABRIL DE 2016 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e MARCOS MARTINS
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Lamenta o assassinato do policial militar, lotado nesta Casa, cabo Marcos Paulo Lima da Silva. Conclama seus pares a defender a Polícia Militar diante destes atentados. Solicita um minuto de silêncio em homenagem ao policial morto.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defero o pedido e determina um minuto de silêncio em homenagem ao cabo Marcos Paulo Lima da Silva. Parabeniza os municípios de Caraguatatuba, Cunha e Paranapanema pelos seus aniversários.

4 - CARLOS NEDER

Discorre sobre o 30º Congresso dos Secretários Municipais de Saúde. Comenta que a Secretaria de Estado da Saúde tem a intenção de desalojar o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de suas dependências. Afirma que isso ocorre por questões de política partidária. Crítica o governo estadual pela ação.

5 - CORONEL CAMILO

Lamenta o assassinato do cabo PM Marcos Paulo Lima da Silva, lotado nesta Casa. Elogia o jornal "Folha de S. Paulo" por realizar reportagem sobre o assassinato sistemático de policiais militares.

6 - CORONEL CAMILO

Solicita a suspensão da sessão até às 15 horas e 30 minutos.

7 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defero o pedido e suspende a sessão às 14h57min.

8 - MARCOS MARTINS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 15h29min.

9 - JOÃO PAULO RILLO

Manifesta-se indignado por considerar estagnados os trabalhos deste Parlamento, apesar de, a seu ver, haver temas importantes a serem discutidos e investigados. Denuncia que, por falta de quorum, houve poucas reuniões da Comissão de Educação e Cultura nesta Casa. Criticoo deputados que agrediram verbalmente integrantes da comissão. Afirma que os deputados estaduais da base governista tentam frear a investigação do esquema de corrupção da merenda escolar. Tece considerações sobre o caso. Cita nomes dos possíveis envolvidos no esquema de fraude. Considera incoerente que o embasamento do pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff seja as chamadas "pedaladas fiscais", visto que muitos estados e prefeituras se utilizam dessa mesma prática. Repudia manifestantes que pedem o retorno do Regime Militar.

10 - TEONILIO BARBA

Tece críticas às propostas econômicas elaboradas pelo PMDB. Lista as possíveis medidas englobadas por esse plano de governo. Considera que o programa deve provocar retrocesso dos direitos trabalhistas. Reprava dedicatória de votos durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Destaca os gastos desperdícios na organização de manifestações contra o governo Dilma. Menciona que a maioria dos deputados federais denunciados na Operação Lava Jato é favorável ao impeachment. Defende a instauração de CPI para investigar fraude da merenda escolar no estado de São Paulo.

11 - CAUÊ MACRIS

Para comunicação, manifesta sentimento de pesar pelo assassinato do policial militar lotado nesta Casa, Marcos Paulo Lima da Silva. Lembra seu relacionamento com o policial.

12 - JOÃO PAULO RILLO

Para comunicação, manifesta tristeza pelo falecimento do policial Marcos.

13 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, presta solidariedade à família do PM falecido.

14 - RAUL MARCELO

Pelo Art. 82, defende a criação de operação para investigar as denúncias de desvios de verba da merenda escolar no estado de São Paulo. Tece comentários sobre o caso.

15 - RAUL MARCELO

Pelo Art. 82, lamenta os prejuízos causados à qualidade da alimentação escolar com o desvio de recursos destinados à merenda. Afirma não haver investigação de denúncias de corrupção nesta Casa. Manifesta-se favorável à realização de novas eleições gerais no País. Adiciona que o presidente da Câmara Eduardo Cunha, sucessor do presidente da República caso Dilma Rousseff seja afastada, fora denunciado por envolvimento em diversos esquemas de corrupção.

16 - RAUL MARCELO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE MARCOS MARTINS

Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 25/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Gianazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, senhores funcionários da Assembleia Legislativa, público que nos assiste pela TV Assembleia, normalmente tenho vindo a esta tribuna e comunicado sempre esta Casa vazia sobre as ocorrências da Polícia Militar envolvendo policiais que são mortos, falando de pais de família que são desprezados pelas autoridades.

Já ganham um salário insignificante. Não têm o devido reconhecimento das autoridades. São vítimas de crimes violentos, de uma guerra contra o crime. É praticamente um verdadeiro genocídio de policiais. É um verdadeiro "policídio".

Quando falamos sobre a morte, muitas pessoas não dão a devida atenção porque, muitas vezes, ela está distante de nós. Ela não está próxima. Porém, hoje, esta Casa está de luto. A morte chegou até nós, por meio de mais um assassinato de um policial militar. Desta vez, foi um policial militar desta Casa, que trabalhava na Segurança da assistência policial militar. Vou pedir para que se coloque sua foto no telão.